

II PRÊMIO AJUFE: BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Categoria II

Boas práticas dos servidores na Justiça Federal

Título

Governança Participativa

Ficha de inscrição **Autores:**

- Ivan Gomes Bonifácio
- Secretário de Estratégia - Filosofia
- Conselho de Justiça Federal
- Brasília- DF

- Leonardo Ferreira de Oliveira
- Analista Judiciário – Administração
- Conselho de Justiça Federal
- Brasília- DF

- Silvana Conceição Dias Soares
- Coordenadora de Estratégia - Pedagogia
- Conselho de Justiça Federal
- Brasília- DF

- Alex Pena Tosta da Silva
- Analista Judiciário - Estatística
- Conselho de Justiça Federal
- Brasília- DF

- Hayane Vilar Rezende Leal
- Técnica Judiciária – Gestão de Recursos Humanos
- Conselho de Justiça Federal
- Brasília- DF

Síntese

1. Período de atividade da prática e os principais objetivos

O objetivo da prática **Governança Participativa** é saber como a estratégia implementada pela Justiça Federal está sendo percebida pelos operadores e usuários deste sistema de Justiça e captar as prioridades apontadas por esses atores para a definição de metas nacionais para o ano seguinte (2017). A prática teve início em 2016, por meio de pesquisa, realizada no período de 15 de agosto a 2 de setembro.

2. Principal inovação da prática;

A prática foi inovadora por criar um mecanismo de participação social efetiva na definição das políticas públicas da Justiça Federal, pelas parcerias realizadas (conforme item 4), as quais repercutiram em expressiva quantidade de 13.740 respondentes (1.454 cidadãos, 3.913 advogados, 588 magistrados e 7.785 servidores) e repercussão (mais de 70.000 visualizações da página da pesquisa). Também a transparência nos resultados da pesquisa, disponibilizada em dados brutos, e sua forma de apresentação, visualizada em painéis interativos, constitui outra inovação da prática.

3. Recursos e instrumentos utilizados;

Para cada público alvo da ação **Governança Participativa** (advogado, cidadão, magistrado e servidor) foi desenvolvido um instrumento específico, sendo sua coleta dos dados realizada com utilização da ferramenta gratuita *Lime Survey*.

4. Houve parceria como alguma instituição ou entidade;

O trabalho foi coordenado pela Secretaria de Estratégia e Governança do Conselho de Justiça Federal, com apoio dos tribunais regionais federais, tendo a colaboração do Conselho Nacional de Justiça, da Associação de Magistrados Federais – AJUFE, da Advocacia Geral da União – AGU e do Conselho Federal e Regionais da Ordem dos Advogados – OAB.

5. Valores gastos para a implantação da prática;

Não houve.

6. Houve propagação da prática para outra unidade ou setor do judiciário;

A prática envolveu, além do Conselho da Justiça Federal, os cinco tribunais regionais federais e as vinte e sete seções judiciárias federais. Os respondentes estão distribuídos da seguinte forma: 3.654 na 1ª Região, 2.536 na 2ª Região, 4.145 na 3ª Região, 1.962 na 4ª Região, 1.309 na 5ª Região e 134 no CJF.

7. A prática contribuiu para o aperfeiçoamento da justiça;

As informações obtidas na pesquisa foram levadas para avaliação do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça Federal e serviu para validar os atuais objetivos da estratégia (por exemplo, combate a corrupção), bem como dar prioridade ao tema previdenciário, inclusive com proposição de indicador exclusivo para monitorar esse tipo de processo.

8. Links

Painel interativo com os resultados da prática
(http://www.cjf.jus.br/observatorio/pesquisa_metas_2017.php)

Notícias sobre a prática:
<http://www.conjur.com.br/2016-set-13/justica-priorizar-previdencia-combatecorrupcao-estudo>

<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83146-justica-federal-cjf-lanca-pesquisa-paracidadao-servidores-e-magistrados>

<http://www.oabsp.org.br/noticias/2016/08/advocacia-pode-contribuir-com-a-justicafederal-para-dar-mais-agilidade-ao-judiciario.11120>

<http://www.oab-ro.org.br/noticia/cjf-lanca-pesquisa-eletronica-para-cidadaoservidores-e-magistrados-da-justica-federal/>

<https://trf-1.jusbrasil.com.br/noticias/381727018/institucional-confira-o-resultado-dapesquisa-governanca-participativa>

<http://www.conjur.com.br/2016-ago-12/cjf-lanca-pesquisa-analisar-diretrizes-justicafederal>

http://agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/444196